



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO**

**7 de março de 2022**

No dia sete de março de dois mil e vinte e dois, às treze horas, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, via webconferência, sob a Presidência da Pró-Reitora de Ensino, a senhora Adriana Pionttkovsky Barcellos, com a presença dos seguintes membros: Sanandreaia Torezani Perinni, Oséias Soares Ferreira, Eliane Oliveira Lorete, Pedro Henrique Marinato Lunz, Pedro Miguel Vidal Costa, Rogério Danieletto Teixeira, Alexsandra Gomes Biral Stauffer, Messenas Miranda Rocha, Cássia Aparecida Gobeti dos Santos Lovati, Conceição Regina Pinto de Oliveira, Carlos Eduardo de A. Barbosa, Pedro Paulo Pecoilo Filho, Anderson Mariquito, Poliane dos Passos Almeida, Alfonso Indelicato, Denilton Macário de Paula, Maria Cecília Cabral Rampe, Nilson Alves da Silva, Wagner Teixeira da Costa, Gabriel Pinto Guimarães, Carlos Eduardo Silva Abreu, Evanilda Goldner de Souza Pinto, Mauricio Soares do Vale, Renata Trevelin da Silva Stange, Cynthia Nunes Milanezi e Leonardo Muniz de Lima. Convidados: Carla Ribeiro Macedo, Cybele Barbosa Brahim, Ana Clara Fiório Quintino, Eduardo Lucindo Rodrigues da Cunha, Deila da Silva Bareli de Moraes, Felipe Zamborlini Saiter, Larissy Alves Cotonhoto e Lays de Oliveira Joel Lopes. Adriana abriu a reunião, deu as boas-vindas aos membros e justificou que não participaria da reunião, pois tinha uma agenda à tarde com a Vice-Governadora do Estado. Em seguida, Adriana passou a presidência da reunião para a Diretora de Ensino Técnico, Sanandreaia Torezani Perinni, que fez a leitura da pauta: **1. Informes; 2. Aprovação das atas das reuniões de 08/04/2021 e 18/06/2021; 3. Apreciação da solicitação de revisão de Curso Técnico em Meio Ambiente subsequente ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia - processo nº 23159.002604/2021-05; 4. Apreciação da solicitação de extinção de Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade Proeja do Campus Venda Nova do Imigrante - processo nº 23186.002629/2021-17; 5. Apreciação da solicitação de extinção de Curso Técnico em Processamento de Pescado concomitante ao Ensino Médio do Ifes Campus Piúma - processo nº 23185.001285/2021-77; 6. Apresentação da**

**metodologia e cronograma de reuniões para apreciação da Minuta das Diretrizes para oferta de cursos técnicos integrados do Ifes.** A pauta foi aprovada por todos. Para o **item 1**, Informes, Sanandrea fez um breve relato a respeito da formação do comitê EJA-Educação de Jovens e Adultos, com agendamento de reunião previsto para março ou início de abril. Informou que já havia algumas ações, direcionamento e diretrizes para serem pensadas e que também tinha se reunido com o Diretor do Instituto Federal Goiano (IFG) para troca de experiências. Primeiramente seria trabalhada a formação, isto é, conhecer os dados e traçar estratégias. Foram incluídos como membros do comitê EJA os servidores Oséias Soares Ferreira, Gláucia Maria Ferrari e Michelle Teixeira da Silva Hanke. **Informe 1.2.** Sanandrea informou sobre o encerramento do processo seletivo dos cursos técnico 2022/1, explicando que a chamada regular, a primeira e a segunda chamada de suplentes já haviam acontecido e que agora o fluxo das chamadas seguiriam as demandas dos campi. Mencionou que no próximo dia 11 haveria a reunião do Colégio de Dirigentes que trataria sobre processo seletivo, na qual haveria decisões e encaminhamentos sobre esse ponto. **Informe 1.3.** Sanandrea pediu que em processos de revisão e elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), a Diretoria de Ensino Técnico fosse convidada para que houvesse alinhamento de procedimentos em função da identidade do Ifes. **Informe 1.4.** Sanandrea informou que a revisão da Resolução nº 11 de 2015, que tratava sobre a elaboração e revisão de PPC, seria encaminhada junto ao Fórum de Diretores de Ensino, e que gostaria que tivesse um representante, de preferência coordenador de curso, para auxiliar nos trabalhos de revisão. Foi esclarecido que em 2018 fora instituída uma comissão com representantes dos Fóruns, Diretoria de Ensino Técnico da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) e Assessoria Pedagógica da Proen. Em 2019, a comissão havia trabalhado na revisão da resolução, mas devido às discussões sobre o novo ensino médio, optou-se por aguardar. Em 2021, foram retomados os trabalhos revisando o que a comissão anterior havia feito, fazendo-se uma atualização em conformidade com a legislação, bem como ajustes dos textos e readequação do formato. Foi elaborada uma proposta de minuta para ser apreciada, sem desconsiderar o trabalho da comissão anterior. Sanandrea perguntou a opinião dos membros sobre a inclusão de representação da Gestão de Ensino, do Fórum de Gestão Pedagógica e da Câmara de Ensino Técnico na comissão. Todos concordaram. Para o **item 2**, Sanandrea submeteu aos membros da Câmara as Atas das reuniões anteriores, realizadas em 08/04/2021 e 18/06/2021. As atas foram aprovadas. Para o **item 3**, Apreciação da revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente subsequente ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia, a palavra foi passada para Alessandra Gomes Biral Stauffer, Diretora de Ensino do campus. Alessandra fez uma breve contextualização e apresentou o plano de

reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) do Campus Nova Venécia. Alexandra explicou que quando o curso havia sido formulado em 2015, fora pensado para somente 2 (duas) entradas, sendo a primeira em 2016 e a segunda em 2017, pois o campus não dispunha de muitos professores na área. Nos anos de 2018 e 2019 o curso não foi ofertado, sendo sua oferta retomada no ano de 2020 e seguido pelo ano de 2021. Com as novas turmas, percebeu-se a necessidade de algumas inovações, para isso fora montada uma comissão com representantes do campus para realizar a revisão do PPC. Alexandra explicou que a proposta era a alteração de concomitante para subsequente. O curso era noturno, com carga horária de 1.200h e 40 (quarenta) vagas anuais, com oferta no primeiro semestre, mas que por causa da proposta de revisão do PPC teria oferta excepcional no segundo semestre. O curso era presencial com possibilidade de utilizar 20% (vinte por cento) da carga horária a distância e teria hora-aula de 45 minutos e opção de oferta por crédito. Alexandra passou a palavra para Eduardo Lucindo Rodrigues da Cunha, que era o servidor do setor pedagógico, Técnico em Assuntos Educacionais, e acompanhava o Curso Técnico em Meio Ambiente. Eduardo explicou que o Curso Técnico em Meio Ambiente concomitante era o curso com maior procura no processo seletivo no campus entre os cursos concomitante, mas que a opção pelo subsequente se dava devido à procura por candidatos que já haviam concluído o ensino médio ser muito superior aos candidatos que ainda estavam cursando o ensino médio, que era menos de 10% (dez por cento). Eduardo explicou que a opção pela organização curricular por créditos ocorrera em função da reprovação do aluno em curso organizado por seriação e bloco em mais de 2 (dois) componentes curriculares. O aluno ficava retido e o campus não conseguia ofertar dependência devido à carga horária docente. Com isso, o discente ficava desperiodizado e com a trajetória escolar prejudicada. Eduardo explicou a mudança na organização curricular em relação a disciplinas ligadas ao Geoprocessamento, que estavam incluídas apenas no último semestre do curso, mas que por demanda de mercado estaria presente em disciplinas nos 4 (quatro) semestres. Outro ponto explicado foi em relação ao projeto integrador que fora baseado no PPC de Gestão Ambiental do Campus Montanha e depois revisado e adaptado às necessidades demandas do curso, sendo organizado e baseado em projetos de resolução de problemas e não apenas em componentes curriculares que não necessariamente garantiam uma formação sólida e se encerravam em si mesmos, pois atualmente o mundo do trabalho exigia proatividade, produtividade e domínio de competências e habilidades. Quanto à carga horária a distância, Eduardo explicou que não se tratava da disciplina de Informática. A justificativa se dava pela necessidade de inserção dos egressos no mundo do trabalho que exigia competências digitais. Para isso, seria utilizada a plataforma Moodle no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), pois

permitia uma conexão e uma organização dos materiais e tarefas funcionando como alicerce. Além disso, o campus havia adquirido material para outros projetos que poderiam ser utilizados, mantendo a qualidade sem precarizar ou empobrecer o currículo. Em seguida, a palavra foi passada para Felipe Zamborlini Saiter para apresentação do parecer técnico. Felipe fez uma breve apresentação da sua trajetória e parabenizou a comissão pelo trabalho, por tentar modernizar o projeto de curso para melhor atender às demandas da sociedade, e pontuou a importância do projeto integrador na formação dos alunos para o mercado de trabalho. Felipe apresentou o parecer destacando que a matriz contemplava todas as áreas de conhecimento que eram necessárias para a formação, que contemplava temas atuais como sistema de gestão ambiental e recuperação de áreas degradadas. Pontuou a qualificação do corpo docente e a estrutura física do campus. Felipe citou as demais sugestões e finalizou sua apresentação. A palavra foi passada para a pedagoga Cybele Barbosa Brahim para apresentação do parecer pedagógico. Cybele parabenizou a comissão pelo trabalho e esforço na reformulação do PPC e fez a apresentação do parecer destacando que os ajustes solicitados haviam sido atendidos. Cybele mencionou 2 (dois) pontos que precisavam ser ajustados, sendo um deles o detalhamento no PPC da carga horária diária dos componentes curriculares oferecidos a distância ou híbridos em cursos presenciais, ressaltando que o percentual não poderia exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso e não da carga horária total; e o outro referente à certificação. Foi pedido para redefinir e reescrever esse item, pois a resolução citada já estava revogada e como o curso seria ofertado por créditos, deveria seguir a Resolução CNE/CP nº 1, de 05/01/2021, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e também o Regulamento da Organização Didática (ROD). Finda a apresentação, Sanandrea agradeceu a Cybele e pontuou que a legislação que tratava da carga horária a distância em cursos presenciais era recente e precisava ser revisada. Em relação ao projeto integrador e certificados, Sanandrea mencionou que era necessário acompanhamento. Alessandra informou que haviam sido feitas todas as alterações propostas incluindo a parte de certificação. Alessandra informou que o curso era presencial e que a carga horária a distância seria uma estratégia metodológica, mas que não fora definido pela comissão em quais disciplinas essa carga horária estaria inserida. Em relação à certificação, Alessandra destacou que tinham sido feitas as alterações, mas que gostaria de mais explicações para fazer a alteração correta. Sanandrea pontuou que, em relação à certificação, o Ifes não trabalhava com certificação intermediária. Eduardo informou que a comissão sabia que o Ifes não trabalhava com certificação intermediária, mesmo havendo previsão legal, mas que a questão fora colocado para suscitar a discussão. Em relação à carga horária diária, Eduardo mencionou que a

redação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos era confusa e falou da dificuldade de prever uma matriz fixa com carga horária diária por componente curricular. Por isso, foi mantido o curso com carga horária cheia e deixado em aberto a possibilidade legal para que o professor decidisse, cabendo à gestão pedagógica junto com a coordenaria do curso e a direção de ensino, acompanhar o curso. Dessa forma, não limitava as possibilidades educacionais que a educação a distância oferecia no formato híbrido, por motivos de ajustes internos. Cybele informou que mesmo com a redação confusa do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o PPC não poderia contrariar a legislação. Sanandrea informou que essa era uma questão que estava em discussão desde o ano passado com a equipe do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), que trabalhara na Resolução nº 58/2021, e que havia várias interpretações sobre carga horária diária. Em função disso, estava sendo elaborado um texto que seria apresentado à pró-reitora de ensino para consulta ao Ministério da Educação (MEC) via Fórum de Pró-Reitores de Ensino, para entender o que o MEC queria dizer com 20% (vinte por cento) de carga horária diária. Desse modo, era preciso ter cuidado com esse ponto para não infringir a legislação. Em relação à certificação intermediária, a discussão seria encaminhada para Adriana para que ela apresentasse ao reitor, pois eles decidiriam como conduzir institucionalmente. Eduardo destacou que, conforme Alexandra havia colocado no chat, não fora feito o acerto no texto por descuido no momento da correção e que se substituísse a palavra total por diária dentro de cada ementa de disciplina o texto ficaria dentro da legalidade, mas que mesmo assim era necessário uma Instrução Normativa para orientar sobre carga horária diária. Eduardo também pontuou que poderia ser apresentado no início de cada semestre, dentro do plano de ensino, um planejamento com a previsão de quanto seria computado para atividades a distância, dentro da carga horária diária, e se comprometeu, como pedagogo do curso, a acompanhar. Sanandrea informou que era preciso verificar o que estava aprovado na Resolução do Conselho Superior e que algumas informações precisavam estar descritas no PPC do curso e não no plano de ensino e que seria preciso reunir com a equipe do Cefor para receber orientações adequadas. Eduardo mencionou que precisaria de auxílio para redigir e para esclarecer como prever no PPC uma carga horária mutável. Eduardo informou que existia um texto baseado em informações do Cefor que, de forma geral, explicava quais eram as metodologias. O texto seguia um padrão que estava sendo usado nesse período de pandemia. Eduardo pontuou que esse processo era um anseio da comunidade da qual estava como representante. Sanandrea informou que a equipe da diretoria de ensino técnico estava sempre disposta a pensar em estratégias e concluiu salientando a necessidade de reunir e pensar juntos como reescrever e trabalhar os 20% (vinte por cento) da carga horária diária no PPC,

explicando como seria o formato e a organização do curso, pois era de interesse da comunidade entender esse formato. Sanandrea abriu espaço para debate para ouvir os membros da Câmara. Cybele pontuou que a sugestão de Sanandrea de descrever no PPC as estratégias atendia à legislação. Sanandrea destacou que era uma estratégia que fora utilizada também com o Campus Piúma e que, com a reescrita, conseguiria concluir um argumento e encaminhar o parecer para consulta ao MEC. Eduardo concordou com a sugestão de Sanandrea e mencionou que estava disposto a se reunir para encontrar a melhor forma de redação. Sanandrea fez um encaminhamento de contra proposta dos ajustes indicando que o ponto referente à certificação intermediária já poderia ser resolvido, pois no momento não era possível fazer e estava na lista para discussão. Assim, deveria ser retirado da pauta, pois não tinha como colocar em votação, uma vez que não havia no sistema nenhum curso autorizado e a instituição não tinha pleiteado isso. Eduardo ressaltou que a ideia era suscitar uma discussão, pois por experiência em outra instituição, a certificação intermediária rompia com o problema de matrícula e evasão principalmente no Proeja e nos cursos noturnos. Sanandrea perguntou se todos os outros apontamentos feito pelos pareceristas haviam sido ajustados. Eduardo informou que sim, que a parte técnica e todas as ementas e bibliografias tinham sido revistas com a contribuição do bibliotecário do campus e dos professores. Sanandrea pontuou a importância de essas informações constarem no PPC, pois quando era feita a leitura, ajudava a entender todo o processo. Sanandrea colocou a proposta em votação e se comprometeu a fazer, junto com o campus, os ajustes no texto em relação à EaD e à qualificação. Antes de finalizar o PPC seria verificado se estava correto e se cumpria a legislação. A proposta era de que o curso fosse aprovado mediante ajustes que o campus se comprometia a fazer junto com a Diretoria de Ensino Técnico, sobre os pontos da carga horária EaD e sobre a supressão da parte que previa a qualificação. Eduardo mencionou a preocupação com o prazo, se estaria tudo certo para o próximo edital de processo seletivo. Sanandrea informou que havia um prazo para a reescrita até a próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão (Cepe) e do Conselho Superior e que o curso conseguiria ser aprovado para o próximo edital de processo seletivo. Findo os esclarecimentos, a revisão do PPC do Curso Técnico em Meio Ambiente subsequente ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia foi aprovado com 85% (oitenta e cinco por cento) dos votos favoráveis e 15% (quinze por cento) de abstenções. Para o **item 4**, apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico em Processamento de Pescado concomitante ao Ensino Médio do Campus Piúma, Sanandrea explicou que o referido item fazia parte das ofertas que estavam suspensas ou sem oferta há algum tempo que a Diretoria de Ensino Técnico estava

atualizando. Em seguida, a palavra foi passada para Cássia Aparecida Gobeti dos Santos Lovati, Diretora de Ensino do campus. Cássia fez um breve relato informando que esse havia sido o primeiro curso do campus, que objetivava atender a uma demanda da região na área das peixarias e que por um tempo a demanda fora atendida. Porém nas últimas ofertas não tinha uma quantidade considerável de alunos. O curso passou por algumas modificações como mudança de horário e reformulação da grade, para tentar atrair mais alunos, mas sem sucesso. Atualmente, o campus ofertava os cursos técnicos em Aquicultura e em Pesca, Engenharia de Pesca e Pós-graduação em Alimentos, que supriam as demandas da região. Caso surgisse alguma demanda específica, seria atendida por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). A última oferta havia ocorrido em 2016, mas com o esvaziamento a turma não concluiu. O processo passou por todos os trâmites no campus e optou-se pela extinção. Finda a apresentação, a solicitação de extinção do Curso Técnico em Processamento de Pescado concomitante ao Ensino Médio do Campus Piúma foi aprovada por unanimidade. Para o **item 5**, apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade Proeja do Campus Venda Nova do Imigrante, Sanandrea informou que se tratava da mesma atualização citada para o Campus Piúma. Em seguida, a palavra foi passada para Eliane Oliveira Lorete, Diretora de Ensino do campus, que informou que o curso estava suspenso desde 2015. O curso foi criado em 2010 e ao longo dos anos o número de inscritos foi reduzindo, chegando em 2013 a ter apenas 5 (cinco) inscritos. Percebeu-se então que a demanda da região fora atendida e que além disso, o formato do curso em 4 (quatro) anos era um fator que gerava evasão. A última turma concluiu com apenas 1 (um) aluno. O processo passou por todos os trâmites no campus e optou-se pela extinção. Finda a apresentação, a solicitação de extinção do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade Proeja do Campus Venda Nova do Imigrante foi aprovada com 95% (noventa e cinco por cento) dos votos favoráveis e 5% (cinco por cento) de abstenções. Sanandrea informou que a solicitação tramitaria no Cepe e no Conselho Superior. Para o **item 6**, apresentação da metodologia e cronograma de reuniões para apreciação da Minuta das Diretrizes para oferta de cursos técnicos integrados do Ifes, Sanandrea informou que havia recebido as sugestões encaminhadas pelos campi até o final de 2021 e que a equipe da Diretoria de Ensino Técnico havia organizado uma proposta. Sanandrea pontuou que seriam necessárias algumas reuniões da Câmara para analisar a proposta. Sanandrea propôs 4 (quatro) encontros nos meses de março e abril, sendo: 23/03 (8h30 às 12h), 25/03 (13h30 às 16h), 12/04 (13h30 às 17h) e 13/04 (8h30 às 12h). Se houvesse necessidade seria marcado mais um encontro para o dia 26/04, para que, até junho, estivesse com tudo certo. A equipe já estava fazendo a primeira análise, realizando alguns

ajustes por artigo e temática e colocando em uma planilha. Sanandrea informou que seria encaminhado um link para acessar a planilha e compartilhou a planilha na reunião. Estava sendo preparado um documento para apreciação nas reuniões da câmara. Esse documento seria enviado a todos antes das reuniões. Sanandrea mencionou que as revisões de PPCs se fossem urgentes não precisavam esperar as diretrizes para oferta dos cursos ficarem prontas e que os campi poderiam iniciar as comissões e as discussões. Poliane (Campus Linhares) pontuou que no mês de março estavam retomando as atividades no campus e que muitas reuniões em uma semana ficaria complicado e talvez não conseguisse participar de todas. Sugeriu concentrar mais as reuniões no mês de abril. Sanandrea explicou que nenhum cronograma conseguiria atender a todos e que nos meses de março e abril haveria as formações agendadas. Sanandrea informou que todos receberiam as convocações. Em seguida, atendendo a uma solicitação da Subcâmara de Pesquisa, Sanandrea perguntou se permaneceriam os mesmos representantes da Câmara de Ensino Técnico na referida subcâmara, sendo Pedro Paulo do Campus Guarapari (titular) e Helaine do Campus Montanha (suplente). Pedro Paulo confirmou sua permanência e como Helaine não estava presente, seria consultada. Sanandrea convidou um representante dos coordenadores de curso para ser o membro que participaria da revisão da Resolução nº 11/2015. A coordenadora de curso Cynthia Nunes Milanezi do Campus Vila Velha se prontificou a ser a representante. Sanandrea informou que assim que os representantes dos Diretores de Ensino e da Gestão Pedagógica estivessem definidos, marcaria a primeira reunião. Nada mais havendo a tratar, Sanandrea deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, sete de março de 2022.